

## SIMPÓSIO SOBRE MUDANÇA E PSICOLOGIA SOCIAL

Realizou-se nos dias 20, 21 e 22 de Outubro passado na fundação C. Gulbenkian um simpósio sobre «Mudança e psicologia social», sob a presidência de Helena Cidade Moura.

Foi organizado pelo Grupo de Estudos de Psicologia Social, organismo fundado em 1978 por um pequeno grupo de docentes e estudantes do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, no quadro do projecto de criação do Centro de Investigação em Psicologia daquele Instituto. São objectivos do GEPS a condução de acções de investigação e formação na área da Psicologia e da Psicossociologia das Organizações. Participaram nos trabalhos cerca de 300 pessoas. Além de docentes e profissionais portugueses, estiveram presentes: W. Doise (Univ. de Gene.), S. Moscovici e M. Crozier (Univ. de Paris), M. Bonami e J. Ph. Leyens (Univ. de Lovaina), H. Tajfel (Univ. de Bristol) e S. Stoer (E. U. A.).

Durante o simpósio, foram apresentados oito comunicações préprogramadas e efectuadas várias mesas redondas e ateliers. O tema geral diversificou-se assim em várias grandes questões como sejam: mudança social e mudança organizacional, os modelos teóricos de explicação da mudança do ponto de vista psicossociológico; mudança e ensino; mudança social e saúde mental.

No primeiro dia, Michel Crozier estudou o tema da mudança individual e mudança colectiva sob os pontos de vista da problemática da mudança enquanto fenómeno sistemático e como aprendizagem de novas formas de acção colectiva.

Seguidamente, Correia Jesuino falou sobre «Anomia e Mudança», conduzindo uma reflexão sobre a mudança social no quadro da teoria geral da acção de Talcott Parsons.

No mesmo dia, ouviu-se também uma comunicação de M. Bonami sobre: «Análise psicossociológica de empresas em auto-produção». O conferencista segue desde há uns 5 anos, duas experiências de empresas em autoprodução na Walonia

(Bélgica). A partir de dados reunidos na base da observação participante, de questionários e entrevistas, M. Bonami estudou a dinâmica dos jogos de poderes (em que medida uma hierarquia sindical não terá ido substituir a hierarquia patronal), a organização do trabalho (assistir-se-á ao estabelecimento de medidas anti-taylorianas?), as atitudes dos trabalhadores relativamente à segurança no trabalho (questão do conflito entre posições taylorianas e medidas a tomar com vista à segurança) e as estratégias de formação (as empresas em autoprodução como lugar de formação: visão mais global da empresa, consciência de classe, consciência dos problemas da empresa, dos problemas sindicais...) Estas dimensões foram sempre examinadas em interacção com os segmentos relativos ao ambiente político, ideológico e económico que elas tentam controlar.

No segundo dia do simpósio, consagrado a questões teóricas e metodológicas, o psicólogo H. Tajfel, membro fundador da Associação dos Psicólogos Europeus, desenvolveu algumas ideias-base das suas teorias sobre: «comportamento intergrupo e psicologia social da mudança social».

A seguir, Ph. Leyens abordou o tema seguinte: «mudança social e procura de invariância pelos psicólogos»: embora querendo-se agentes de mudança social, os psicólogos recorrem muitas vezes a hábitos de trabalho e conceitos explicativos que favorecem o status-quo, especialmente quando explicam o comportamento mais em termos de personalidade do que pelas circunstâncias, o que é especialmente o caso nas escolas psicodinâmica e psicométrica.

Enfim W. Doise, no quadro de um tipo de explicação, o da psicologia social experimental, estudou questões como: a intervenção de factores sociais no desenvolvimento cognitivo, a influência social, o estudo das relações intergrupos, ... tentando ultrapassar a oposição entre explicações psicológicas e sociológicas, e mostrando pelo contrário a sua articulação.

O terceiro dia particularizou a questão geral da mudança social em dois temas: o primeiro, relativo à mudança social e instituições de ensino, foi desenvolvido por Stephen Stoer, analisando sistematicamente o sistema educativo português a partir de 1926 até hoje.

O segundo tema, relativo à «Saúde mental e mudança social», foi desenvolvido por Eurico Figueiredo e Fernanda Parente Viana.

Baseando-se na teoria dos «life events» (acontecimentos relevantes da existência, fontes eventuais de descompensações psicológicas), examinou-se a influência de um acontecimento relevante da existência, como a ameaça de desemprego, sobre a

saúde mental dos trabalhadores. Esta questão foi examinada a partir de um estudo realizado numa empresa do Porto onde um certo número de trabalhadores tinha vivido um período de alguns meses sob a ameaça de desemprego.

Os trabalhos encerraram depois de uma mesa redonda sobre K. Lewin.

*Brigitte Detry Cardoso e Cunha*

#### CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

Realizou-se em Lisboa, de 29 de Setembro a 4 de Outubro de 1980, por iniciativa do Instituto Piaget, um Congresso Internacional sobre Aprendizagem e Desenvolvimento. Porquê este Congresso em Portugal? Quais os seus objectivos? A realização deste Congresso deve-se à conjugação de vários factores, de que destacamos a rápida transformação das estruturas e valores que se verificou em Portugal desde 1974, no domínio da cultura, da educação e das organizações sociais. Daí que um dos objectivos visados fosse o alertar dos responsáveis e de todos os cidadãos para a necessidade de integrar as contribuições científicas nos domínios do desenvolvimento e aprendizagem, na construção e dinamização da nossa sociedade a fim de melhor «agir, compreender, esclarecer, animar e ajudar os homens no seu aprender a desenvolverem-se» (Barahona Fernandes).

Cinco grandes áreas-temáticas permitiram entrever as novas encruzilhadas do conhecer e agir, nesta nova época axial onde se decide o futuro do homem: Grupo 1 — Epistemologia, antropologia; Grupo 2 — Inadaptação, patologia; Grupo 3 — Psicossociologia genética; Grupo 4 — Psicologia, neuropsicologia, linguística; Grupo 5 — Educação, pedagogia, didáctica. Destacaremos apenas algumas contribuições das muitas que ajudaram a «descortinar novos horizontes, lançar pontes heurísticas sobre novos espaços epistémicos e práticos».

A. Oliveira Cruz começou por nos mostrar a Aprendizagem e o Desenvolvimento como dois factores fundamentais da nossa existência, em que até agora não foi possível elaborar uma teoria global que explicasse convincentemente as modificações e os estádios sucessivos, visto os dados empíricos e os respectivos sistemas teóricos serem múltiplos, recusando por isso a apresentação de uma síntese prematura, porque necessariamente eclética, logo impeditiva e bloqueadora da investi-

gação, preferindo salientar aspectos e perspectivas novas que alargassem a problemática em questão. Através e para além das direcções principais do desenvolvimento filogenético e ontogenético, dos fundamentos neuropsicológicos da aprendizagem... o que Oliveira Cruz nos mostrou foi a crise do conceito clássico de ciência como sistema fechado, reducionista ao Uno ou à Totalidade, para nos propor um novo paradigma, o da complexidade e da abordagem sistémica que implica uma revisão da articulação do sujeito com a realidade, da natureza com a cultura, das ciências entre si e uma nova visão do homem.

Dessa nova articulação, que constituiu a comunicação de abertura do Congresso, extraiu algumas consequências epistemológicas, políticas e pedagógicas, tendo desenvolvido estas últimas numa segunda intervenção, cujo título «Dialéctica bio-sócio-ecológica como fundamento para uma nova concepção educativa» é significativo da procura duma nova fundamentação da acção educativa que ultrapasse as diferentes perspectivas da educação «natural». Para Oliveira Cruz, toda a prática pedagógica é uma intereducação constante que começa já antes do nascimento do futuro educando, pelas modificações que a decisão de dar vida a um novo ser acarreta para os pais e que os leva desde logo a modificar não só os seus comportamentos como, através deles, a modificar a sociedade que os cerca e que se prolonga por toda a vida. Esta intereducação constante dá-se sempre num «nicho ecológico», isto é, tanto o educando como o educador não existem, nem como indivíduos isolados nem submersos no todo, mas apenas no e pelo «nicho ecológico», no e pelo tecido de relações inter-pessoais que existem no meio físico-bio-social que é o seu e que ultrapassa de longe em influência a própria escola. Não se trata pois de um retorno à atitude ecológica que vê na educação um instrumento de adaptação ao meio como um dado a aceitar (primazia do espaço sobre o tempo), mas sim, e porque o ser humano é enquanto processo «um sistema aberto», «auto-organizante», que só se desenvolve na sua inter-relação com o «nicho ecológico», de uma nova atitude educativa que consiste em aproveitar e criar conflitos coerentes que sejam vivenciados de forma a permitir um processo de auto-transformação do comportamento que se irá repercutir em novas experiências.

Sob o título «A teoria das teorias do desenvolvimento é possível? As condições duma integração não-eclética», Edgar Morin retomou parcialmente a comunicação apresentada na reunião de Figline-Valdarno. Apresentado por Maria de Lurdes Pintassilgo, que destacou alguns aspectos importantes da sua obra, «nova perspectiva antropológica» baseada numa «visão intersectorial dos problemas tendendo a uma «equação única

da beleza e lógica do Universo», E. Morin analisou a noção de desenvolvimento em 3 níveis (biológico, psico-antropológico e económico-social), mostrando a não univocidade do conceito de desenvolvimento. Quer a nível dos organismos vivos ou das organizações sociais assistimos a um processo de desenvolvimento que não se opera linearmente mas comporta necessariamente limitações, regressões e desaprendizagens que são condição da possibilidade de novas especializações e aprendizagens. No plano sócio-económico, onde a noção de desenvolvimento foi a chave-mágica dos anos 50-60, E. Morin evidenciou que ela era a extrapolação da noção biológica, mas que sendo esta repetição-passado e não construção-futuro como no campo económico-social, a sua evidência e riqueza «dissimulava a incerteza das finalidades e a ausência de modelos». É que o que estava na base desse conceito era o paradigma do humanismo ocidental desde o século XVI, «o desenvolvimento sócio-económico junto com o desenvolvimento científico-técnico, asseguraria por si a libertação das potencialidades humanas e das liberdades».

As sociedades industriais evoluídas (capitalistas ou socialistas) acreditando fazer o reino dos céus e/ou das cozinheiras, mais não fizeram que o crescimento pelo crescimento. Uma modificação é urgente e ela passa, não apenas pelo nosso empenhamento como cidadãos na cidade, mas também pela investigação-criação de uma nova teoria do homem e da sociedade. É que dizer desenvolvimento é dizer sempre auto-desenvolvimento, onde este se torne «meio e fim do sistema auto-organizador (sociedade, indivíduo)». A proposta de E. Morin não é uma nova teoria «toda-feita», mas a de mostrar que qualquer que seja o nível que analisemos há incerteza e que a própria noção de crise é ainda uma forma de vivermos a insegurança de forma segura. A crise visível no «progresso da incerteza e na regressão do determinismo próprio a este sistema» e no «bloqueamento dos processos reguladores», gera desvios e depressões nas nossas sociedades onde cada vez mais os selvagens e os ordenadores coabitam, o que torna o futuro incerto.

A notícia deste Congresso vai longa e é ainda curta. É que escolhemos dar apenas notícias detalhadas de algumas comunicações globais (de gosto pessoal) que permitissem entrever o clima vivido e a variedade de pesquisas relacionadas com o Desenvolvimento e Aprendizagem que foram apresentadas e discutidas em cada grupo. A muito mais haveria que dar realce se a tanto chegasse o espaço e arte: a Jacques Ardoino e à sua bela e importante conferência-diálogo sobre «a educação vista sob o ângulo das suas funções domésticas...», a Barahona Fernandes, «Antropociências», a Heinz Von Foers-

ter, a Gil Henriques, a Iréne Lézine, a Ivan Illich, a Barbel Inhelder, a... a tantos outros e, claro, a Jean Piaget sempre presente, ele que sempre fez sua a palavra de Goethe «empurra decididamente a porta perante a qual todos procuram esquivar-se».

A quem não se quiser esquivar, chamo a atenção para o lançamento do 1.º Número da Revista Internacional sobre Aprendizagem e Desenvolvimento onde as comunicações do Congresso serão publicadas.

*Carlos Morgado Pereira*

## A GEOGRAFIA NA PENÍNSULA IBÉRICA

Decorreu de 13 a 17 de Outubro de 1980, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o *II Colóquio Ibérico de Geografia*. Nesta segunda edição coube a organização ao Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, dando sequência à ideia de encontros periódicos para intercâmbio científico entre os geógrafos peninsulares que ganhou forma um ano antes em Salamanca.

Com uma participação superior a duas centenas de pessoas, tanto geógrafos como de outras especialidades, foram apresentadas cerca de meia centena de comunicações que cobriam diversas matérias do âmbito da geografia. Estas repartiram-se em cinco secções que se agrupavam em dois grupos:

A — *O ensino da Geografia*: 1. Ensino Básico e secundário; 2 — Ensino Superior.

B — *A geografia e as outras ciências*: 1 — geografia e ciências da natureza; 2 — geografia e ciências sociais; 3 — Pensamento geográfico.

A par das sessões realizaram-se algumas excursões. Uma de pequenos itinerários a diversas áreas do espaço urbanizado de Lisboa, mostrando as diversas formas de ocupação espacial da área urbana e suburbana. Nos dois últimos dias do colóquio efectuaram-se as de maior extensão. Três itinerários diferentes foram oferecidos aos participantes para optarem: a Sintra e Arrábida, ao Baixo Tejo e a região de Évora e à Extremidade ocidental da Cordilheira Central e ao Maciço Calcário Extremo, guiadas sob a orientação dos Professores Orlando Ribeiro, Carminda Cavaco e A. Brun Ferreira, Jorge Gaspar e Suzanne Daveau, respectivamente.

No que concerne aos temas do colóquio passaremos em revista alguns dos aspectos mais salientes.



No grupo sobre o *Ensino da Geografia*, foram expostos alguns temas e problemas ligados ao seu ensino nos diversos graus, assim como às modificações operadas nesse âmbito nos últimos anos, com referência especial às operadas nas universidades portuguesas onde por efeito das transformações políticas houve uma mudança mais profunda, embora com situações de retrocesso por vezes.

Não nos referiremos com particularidade ao grupo sobre a geografia física, onde surgiram comunicações que trataram temas de geomorfologia, de climatologia, e ecologia.

Nos grupos sobre a «*Geografia e as Ciências Sociais*» e o Pensamento geográfico foram apresentadas as comunicações que abrangeram os temas que mais nos interessaram. Dentre os assuntos versados pelas comunicações nas sessões destes grupos contaram-se os referentes a problemas de metodologia, a relações interdisciplinares, de planeamento urbano e organização do território, problemas rurais, etc. Numa apreciação das comunicações, na impossibilidade de nos alongarmos em comentários de pormenor sobre todas elas, limitar-nos-emos a assinalar algumas das que nos pareceram de maior importância ou suscitaram algum debate.

Começaremos pela comunicação do arquitecto Nuno Portas — «*Geografia e Arquitectura do Território*». Esta comunicação pela construção de uma leitura do espaço para temas de larga tradição no domínio da geografia enuncia um conjunto de relações entre a geografia e a arquitectura, que caracteriza como duas actividades de contornos disciplinares fluídos que aspiram a interpretar e transformar o território. Debruça-se em seguida sobre o plano e o planeamento, sobre a sua natureza, e significado, considerando que «a actividade projectual não é a simples resultante de contribuições de diversas disciplinas que a informam, dada a irrecusável dimensão «semiótica» que conforma a organização do meio, enquanto expressão espacial, sítio signifiante, de valores culturais de uma sociedade».

Há ainda que referir a comunicação de Alberto Luís Gomez sobre problemas da geografia social paisagística, em que partindo de uma posição crítica em relação à prática dos geógrafos espanhóis, especialmente da sua «focagem metodológica essencialista no estudo da história da geografia e das suas relações com as outras ciências «procura expor algumas das dificuldades de uma geografia social entendida paisagisticamente», para além de outros contributos como o de C. A. Medeiros, a propósito de uma leitura dos condicionamentos do desenvolvimento da indústria em Portugal segundo uma óptica

geográfica, e de W. Rodriguez Brito e E. Villaba Moreno sobre problemas da geografia agrária das Canárias.

No grupo do *Pensamento geográfico* os temas incidiram sobre história da geografia, tanto do âmbito geral, como ibérico, a geografia na classificação das ciências, questões teórico-metodológicas e orientações do pensamento geográfico. De assinalar a comunicação «Positivismo, cientificismo em geografia», aproximación al entendimiento de la geografia en el siglo XIX» apresentada por Josefina Gomez Mendonza, Júlio Muñoz Jimenez e Nicolás Ortega Cantero, que definia como objecto estudar a incidência das concepções positivistas da ciência e do modelo fisiconaturalista dominante no campo do pensamento geográfico, e a do filósofo de León J. Ramón Alvarez sobre «La geografia y la clasificación de las ciencias» na procura do lugar e da unidade da geografia em relação a certas classificações das ciências. Foram ainda apresentadas outras comunicações de que referiremos algumas. A. Garcia Ballesteros apresentou uma intitulada «Tendências fenomenológicas y humanísticas na geografia actual», um colectivo da Universidade de Barcelona debruçou-se sobre o célebre, e esquecido, geógrafo e anarquista Elisée Réclus, R. Gran e M. Lopez Guallar em «Para um Esquema Historico del Pensamiento Geografico» procuravam superar as propostas de outros autores e numa outra intitulada «Racionalidade Económica e Teoria Geográfica», de A. Gama, mostrava-se a importância da influência da obra do sociólogo alemão Max Weber na elaboração, por Walter Christaller, da teoria dos lugares centrais, teoria importante pelo significado e repercussão que assumiu no pensamento geográfico.

O colóquio encerrou, após sessões plenárias, por uma lição intitulada «La geografia Ibérica: Tendencias, Resultados, y Problemas» apresentada por J. Vila Valenti, da Universidade de Barcelona.

*Rui Missa Jacinto*  
*António Gama*

## A PEQUENA AGRICULTURA EM PORTUGAL

Por iniciativa da Faculdade de Economia de Coimbra esteve em debate durante três dias a pequena agricultura portuguesa no I Colóquio de Estudos Rurais, realizado nos dias 27, 28 e 29 de Março, a partir das perspectivas diversificadas e nem sempre convergentes dos investigadores e dos técnicos. O programa procurava ainda fazer sair os estudos rurais das



barreiras disciplinares tradicionalmente erguidas, facilitando o contacto dos cultores das diferentes ciências sociais que se ocupam da realidade rural — economistas, sociólogos, antropólogos, historiadores, geógrafos, — e abrindo campo à reflexão sobre temas normalmente fora da sua atenção: o camponês e a vida rural nas artes e nas letras, no cinema e na instrução primária, temas que sugerem uma imagem do campo delineada a partir do espaço cultural urbano fortemente implantada na consciência de cada um.

O debate organizou-se em torno de grupos de trabalho por seis temas: *Modalidades de pequena agricultura, Pequena agricultura, modelos de desenvolvimento e políticas do estado, A pequena agricultura face às teorias das classes, Organização social e comportamento político e ideológico dos pequenos agricultores, Pequena agricultura e cooperativismo e A pequena agricultura e a questão da terra*. No conjunto foram apresentadas vinte e três comunicações que serviram de base para o debate e que a Revista Crítica de Ciências Sociais se orgulha de vir a publicar na íntegra no seu próximo número, juntamente com as comunicações das sessões plenárias, que visavam introduzir as grandes problemáticas do Colóquio: a pequena agricultura perante o desenvolvimento (A. Simões Lopes), a pequena agricultura face à sua matriz geo-histórica (Carlos Silva), a pequena agricultura na teoria económica (F. Oliveira Baptista), a pequena agricultura e a integração na Comunidade Europeia (J. Mendes Espada) e a pequena agricultura na arte e nas letras (J. Augusto França).

Da síntese dos trabalhos ressaltam entre outras a ideia de que a pequena agricultura não pode continuar a ser encarada como uma realidade transitória, um residual de formas económicas passadas que o tempo se encarregaria de fazer desaparecer, se antes como uma realidade *a se* dotada de uma vitalidade apreciável e com grande capacidade de adaptação a novas condições exteriores, a qual para ser compreendida exige um esforço de análise profundo, no duplo sentido que terá de ser persistente e deverá atingir as raízes da pequena agricultura, a sua lógica interna e a sua relação com o exterior. Para isso não basta concebê-la como pura forma económica e muito menos como uma forma económica empresarial degradada. Restituir à pequena agricultura o seu espaço na totalidade social é o repto lançado aos cientistas sociais e o objectivo porventura dominante nos trabalhos do Colóquio.

Uma outra nota a salientar é a necessidade sentida de intensificar o contacto entre a visão dos práticos e a dos cientistas sociais, através de realizações deste tipo ou outras, que

permitam fazer avançar o conhecimento da realidade rural portuguesa, tão carecida de estudo, proporcionando, de um lado, uma perspectiva mais ampla e mais profunda dos fenômenos de transformação que o campo aparenta e, do outro, as bases reais para a construção ou reformulação dos instrumentos de análise adequados à sua compreensão. Ficou sobretudo claro que a renovação teórica dos instrumentos de reflexão e de intervenção no meio rural deve ser concomitante de trabalhos de campo empiricamente sólidos que cubram áreas cuja importância não foi até agora devidamente relevada, como por exemplo, a do elemento fundiário e das relações interclassistas que daí emergem, a do processo de trabalho camponês enquanto processo de produção material simbólica, ou a da prática associativa dos camponeses e da sua relação com o estado.

Questões como a do pretenso isolamento ou individualismo do pequeno agricultor, da inviabilidade da pequena agricultura, da desconfiança perante o estado, da dificuldade de participação continuada nas associações, da miséria e da ignorância dos camponeses foram amplamente debatidas e compreendidas como elementos dum quadro mítico e mistificador da pequena agricultura, da mesma forma que a revalorização da vida rural é tantas vezes a imagem invertida da mesma concepção polarizadora da relação rural-urbano.

Estes alguns pontos da discussão havida. Remetemos o leitor interessado para a publicação das intervenções e dos principais documentos do Colóquio no número especial da RCCS dedicado a este acontecimento.

Pedro Hespanha